



# CÂMARA MUNICIPAL DE CAPITÓLIO

ESTADO DE MINAS GERAIS

Ata da 16ª (décima sexta) reunião ordinária da Câmara Municipal de Capitólio - MG, em sua 18ª (décima Oitava) legislatura. Aos 25 (vinte cinco) dias do mês de Setembro de 2018, às 19:00 (dezenove) horas, na sala de sessões legislativas, sob a presidência do Sr. Alisson Santos Almada, estavam reunidos os seguintes vereadores: Elias Antônio Chaves - vice-presidente, Renato Antônio de Oliveira - secretário, Carlos Costa, Darcio Alves Costa, Flávio Soares Júnior, Geraldo Vianey de Oliveira, Hélio Gonçalves dos Santos e Renato José da Silva. Cumprimentando a todos os presentes e declarando abertos os trabalhos, o Sr. Presidente convidou a todos para uma oração, passando a palavra para o Vereador Darcio Alves conduzir a Oração, logo em seguida passou ao segundo secretário para fazer a leitura da ata da sessão anterior que foi aprovada por todos. Continuando com a palavra o Sr. presidente passou a palavra ao segundo secretário, para fazer a leitura dos Projetos de Leis Complementares nº 12, 13 e 14/2018, os quais seguem transcritos: Terminada a leitura dos projetos o vereador Flávio Soares, fez seus cumprimentos e pediu a compreensão dos vereadores para colocar o Projeto de Lei Complementar nº 12/2018, disse que este imóvel em forma de dação para quitação de créditos já foi aprovada em 18/04/2018, que a Empresa Castro Maia Empreendimentos tinha com o Município, mas não sabe se houve um desencontro de informações entre as partes e a dívida entre a Empresa e o Município de Capitólio aumentou, e quanto mais tempo passar, mais complicada a situação fica para as duas partes. Falou que o lote foi avaliado por uma comissão. O Sr. Presidente disse que iria conversar com o assessor jurídico para saber qual o seu parecer, porque trata-se de Projeto de Lei Complementar e que está dando entrada na Casa nesta sessão. Dando sequencia na sessão o vereador Renato Antônio apresentou algumas dúvidas quanto ao Projeto de Lei Complementar nº 13/2018 onde fala das atribuições do cargo de fiscal municipal. Foi comentado pelo vereador Flávio Soares a respeito da carga horária do servidor deste cargo e se vai receber horas extras se for trabalhar no domingo. O vereador Elias fez seus cumprimentos e falou que dois fiscais náuticos não irão atender toda a demanda e acha ainda necessário a contratação de fiscal do meio ambiente porque os turistas estão deixando muitos detritos no lago de Furnas. O Sr. Presidente disse que realmente apenas duas vagas para o cargo de fiscal náutico acredita que não vai atender a demanda e provavelmente os fiscais terá que trabalhar todos os finais de semana, falou que há um possibilidade de instalar um posto de atendimento da Marinha em Capitólio, e isto irá contribuir muito para fiscalizar e controlar os passeios náuticos, mas por questões financeiras por parte da Marinha acha que este sonho será um pouco adiado. Por isso foi feito este convênio entre Capitólio e Marinha do Brasil para que o município começa a fiscalizar seu lago com autonomia da marinha. Falou



que ouviu comentários que a Marinha iria dar curso preparatório para as pessoas que irão ocupar o cargo de fiscal náutico referente ao Projeto de Lei Complementar nº 14/2018, e para obter a carteira MAF, que é o documento de habilitação profissional para embarcação comercial, para depois atuar no cargo de fiscal náutico e a carteira ARRAIAS amador é a habilitação que serve para conduzir moto aquática. Falou que devido o grande desenvolvimento do turismo em Capitólio e em especial o turismo náutico, está havendo um grande desordenamento do fluxo e circulação de embarcações no lago de Furnas principalmente nos Canyons. Pensando na organização aos atrativos náuticos a Prefeitura Municipal assinou um convênio com a Marinha do Brasil tendo o termo de duração de 24 meses. Pediu ao assessor jurídico para informar como será distribuída a carga horária do fiscal náutico e cópia do plano de Ordenamento Costeiro Municipal. Dando sequência na sessão foi feita a leitura do Projeto de Lei nº 72 de 31.08.2018 – LOA Lei Orçamentária Anual Exercício 2019, o qual segue abaixo: Após a leitura da LOA, o Sr. Presidente disse que este projeto ficará para discussão na próxima sessão e deixou em discussão o Projeto de Lei nº 72 que dispõe sobre a criação do banco de horas para os servidores dos órgãos da administração pública. O vereador Flávio disse que as dúvidas que tinha a respeito do projeto foram sanadas e passou para leitura dos pareceres das comissões permanentes e jurídico, colocado em votação o projeto foi aprovado em 1ª e 2ª votação por 8 (oito) votos favoráveis. Logo em seguida o Presidente disse que as respostas das indicações de autoria dos vereadores Renato Antônio e Renato José; Darcio Costa e Alisson Almada encontram-se na secretaria da Câmara e está a disposição dos vereadores e da população e pediu ao secretário para fazer a leitura de um convite do CREA-MG convidando para participar da sua reunião ordinária que acontecerá nos dias 27 e 28 de Setembro próximo, na Câmara de Capitólio prevista para começar as 10:00 horas da manhã. O vereador Renato José perguntou ao vereador Darcio porque não procedeu a limpeza da rua próxima a casa do vereador e o mesmo respondeu que o espaço está com a documentação irregular e vai adiar um pouco mais a limpeza do imóvel e a abertura da rua. Renato José disse que deve rever a questão da rua Antônio Cândido de Oliveira deixar de ser mão única e tirar a ilha da rua para veículos de pequeno porte para desafogar o trânsito no seguimento da rua Dr. Avelino de Queiroz. O vereador Renato Antônio disse que já fez este pedido e não foi atendido até o momento. O vereador Elias comentou sobre um cano de bueiro que está entupindo quando chove em frente a casa da Sra. Célia Matos e pediu que oficialize o Poder Executivo pedindo providências. O Presidente disse ao vereador Elias que foi até este local e falou que a Prefeitura já está tomando as medidas necessárias para atender este caso. Falou que será necessário instalar duas bocas de lobo depois da ponte na Rua Maria Inácia no sentido indo para cerâmica, isto atenderia em casos de chuva normal e pediu ao assessor jurídico que faça um



# CÂMARA MUNICIPAL DE CAPITÓLIO

## ESTADO DE MINAS GERAIS

ofício neste sentido e encaminhe com urgência ao Poder Executivo que proceda esta obra antes que inicie o período chuvoso. Usando a palavra o vereador Geraldo Vianey pediu que proceda a limpeza na Orla da Prainha, do CAT até o final da orla Prainha, porque está com muito mato e braquiária em toda aquela extensão. Usando a palavra o Sr. Presidente comentou sobre os problemas da rede de água e esgoto da comunidade do Turvo, falou que a população aumentou e a água do poço artesiano não é suficiente para atender toda demanda. Comentou também dos furtos ocorridos em casas e na escola da comunidade, falou que o departamento de educação poderia ter investido em câmeras para inibir o furto e para a própria segurança das crianças da escola e citou o exemplo da Escola Estadual Coronel Lourenço Belo que tem câmeras em todas as salas, no pátio e em volta da escola. O Sr. Presidente dirigiu a palavra ao vereador Flávio Soares, presidente da CPI da Copasa, e falou que o Sr. Prefeito pediu um parecer da comissão da CPI da Copasa para analisar e que possa dar andamento neste caso, porque na semana antes do feriado do dia 07 de Setembro houve falta da água em alguns pontos da cidade. Falou que tem pessoas assistindo a sessão da Câmara pelo facebook, e estão reclamando que não tem água em suas residências. Usando a palavra o vereador Flávio Soares falou sobre a Copasa, esclareceu que a primeira reunião da CPI com o gerente regional da Copasa realizada em 10/08/2018 foram solicitados vários documentos, estes mesmos documentos foram datados em São Sebastião do Paraíso em 18/09/2018 e a resposta foi protocolada na Câmara no dia 24/09/2018 e pode perceber muitas inverdades descritas no documento e não apresentou documentos comprobatórios. O vereador Darcio falou que o principal objetivo da Copasa é o fornecimento de água e está deixando a desejar quem dirá enviar relatórios em dia, isto é uma falta de comprometimento com a população Capitolina. O Sr. Presidente disse que foi orientado que quando faltar água registrar os Boletins de Ocorrência e fazer a denúncia na ARSAE-MG Agencia Reguladora de Serviços de Abastecimento de Agua e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais e pegar o protocolo reunir provas para ter álibi e derrubar o contrato com a Copasa, pediu o apoio da população e do Prefeito que é autoridade máxima do município para mover uma campanha para derrubar o contrato com a Copasa. Não havendo mais nada a tratar o Sr. Presidente declarou encerrada a sessão do dia e eu secretário lavrei a presente ata que depois de lida, discutida e aprovada será assinada pelos vereadores presentes. Capitólio, sala das sessões, 25 de Setembro de 2018.

*Para a ata de hoje o Sr. Presidente  
Darcio da Costa Carlos Costa, Rodrigo Gomes dos Santos  
Renato dos Reis Silva, Gilvo da Silva de Oliveira*